

Consciência Cidadã triplica público após 3 anos de início das atividades

(Pág. 7)



GEO OBRAS

Controladoria Geral do Peru visita TCE para conhecer o sistema mato-grossense. (Pág. 3)

Tribunal inaugura espaço cultural "Liu Arruda"

O Tribunal de Contas de Mato Grosso está homenageando o ator mato-grossense Liu Arruda, falecido em 1999. No dia 5 de novembro será inaugurado um ambiente exclusivamente volta-

do à valorização da cultura que levará o nome do artista. O antigo plenário do TCE foi totalmente adaptado para a realização de diversas modalidades de manifestações artísticas. (Pág. 2)



ARTIGO

Mudança na contabilidade pública brasileira (Pág. 7)

Tribunal capacita gestores em Direito Previdenciário

O TCE-MT realiza nos dias 12 e 13 de novembro o 1º Workshop de Direito Previdenciário. A programação é direcionada aos servidores de institutos dos regimes próprios de previdência social do Estado. (Pág. 8)



CAPACITAÇÃO

SEMANA DA JORNADA TÉCNICA ALCANÇOU 85% DE SATISFAÇÃO (Pág. 5)



OUVIDORIA

SEMINÁRIO DEBATEU A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR (Pág. 6)



INSTRUMENTO DE CIDADANIA

CORPO DELIBERATIVO

PRESIDENTE

Antonio Joaquim

VICE-PRESIDENTE

José Carlos Novelli

CORREGEDOR-GERAL

Valter Albano da Silva

OUIDOR-GERAL

Alencar Soares Filho

CONSELHEIROS

Humberto Bosaipo

Waldir Júlio Teis

Campos Neto

AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIROS

Luiz Henrique Lima

Isaias Lopes da Cunha

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

PROCURADOR-GERAL DE CONTAS

Gustavo Coelho Deschamps

PROCURADOR-GERAL SUBSTITUTO

Alisson Carvalho de Alencar

PROCURADORES DE CONTAS

Getúlio Velasco Moreira Filho

William de Almeida Brito Júnior

SECRETÁRIO DE GESTÃO

Miguel Augusto de A. e Silva

EDIÇÃO

ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO

COORDENAÇÃO: Américo Corrêa

GERÊNCIA DE JORNALISMO: Dora Lemes

EQUIPE: Alice Matos, Tábata Almeida e Juliana Scardua

GERÊNCIA DE COM. INTERNA: Janayna Cajueiro

GERÊNCIA DE PUBLICIDADE: Rodrigo Canellas

EQUIPE: Doriane Miloch e Fabiane Mello

LOGÍSTICA: João Batista Rodrigues

FOTOGRAFIA: Marcos Bergamasco
(Agência Phocus)

PRODUÇÃO EDITORIAL

EDIÇÃO: Janayna Cajueiro

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: Doriane Miloch

Tel.: (65) 3613-7561 / Fax: (65) 3613-7112

E-mail: imprensa@tce.mt.gov.br

IMPRESSÃO: Gráfica Atalaia

TIRAGEM: 3.000 exemplares

PALAVRA DO PRESIDENTE

Neste mês de outubro, o TCE retornou ao município de Rondonópolis, onde em 2006 foi realizado o primeiro evento do programa Consciência Cidadã. Trata-se de uma ação que eu reputo da maior importância, pois busca aproximar a instituição pública do cidadão.

Essa proximidade obrigatória geralmente motiva muito discurso país afora, mas comumente pouco se realiza, seja pela falsidade dos discursos, pela ausência de consciência republicana, seja pelo temor de enfrentar face a face o cidadão fora das cercas protetoras que se erguem para isolar as instituições governamentais.

Mas o TCE-MT tem feito diferente. Tem ido ao encontro do homem comum e enfrentado com respeito até mesmo os mais duros e recorrentes questionamentos, como sobre nepotismo, forma de ingresso dos conselheiros, sobre a qualidade dos julgamentos das contas públicas. Porém, o saldo desses encontros é altamente positivo, pois a milhares de pessoas foram compartilhadas informações sobre a finalidade da instituição de controle externo, a respeito do poder público e das formas que o cidadão pode

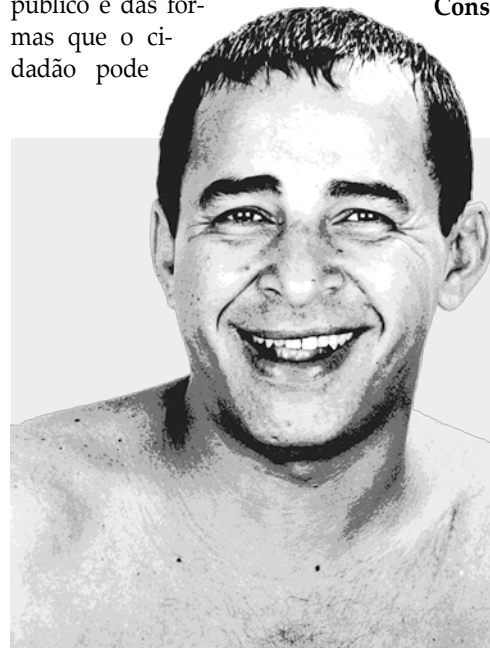
e deve atuar para a efetivação do controle social.

Esta edição do jornal Da Sua Conta traz uma matéria sobre Ouvidorias Públicas, falando do seminário que o TCE e o Governo do Estado realizaram visando a promoção desse importante serviço. Sempre considere a ação das ouvidorias como uma prática de democracia direta, pois o cidadão pode, por meio de um simples telefonema ou um *e-mail*, intervir e acionar a máquina pública com denúncias ou reclamações. Merece elogio e amplo reconhecimento o trabalho do ouvidor e conselheiro Alencar Soares, que potencializou a atuação da Ouvidoria de Contas, fazendo com que ela fosse uma referência estadual.

Em novembro, onde funcionava o antigo plenário e com apoio do Banco do Brasil, o TCE vai entregar para a sociedade mato-grossense o Espaço Cultural “Liu Arruda”. Sem perder de vista a sua finalidade institucional, de fazer o controle da gestão dos recursos públicos, também pela cultura nosso Tribunal vai ao encontro do cidadão.

Conselheiro Antonio Joaquim

Presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso



Gestão de Pessoas desperta interesse de TO

Para conhecer as políticas e práticas na área de Gestão de Pessoas desenvolvidas no Tribunal de Contas de Mato Grosso, a diretora de Recursos Humanos, Fernanda Antunes, e a coordenadora de Desenvolvimento e Avaliação de Pessoal do TCE de Tocantins, Márcia

Cristina da Cruz, visitaram o TCE-MT nos dias 8 e 9 de outubro. Esta é a segunda vez que a equipe de Tocantins vem a Mato Grosso. A primeira visita foi motivada pelo sistema informatizado do Pleno do Tribunal e pela transmissão ao vivo da sessão plenária.

MP de Contas entrega quarto relatório bimestral

O procurador-geral do Ministério Público de Contas, Gustavo Deschamps, apresentou ao corregedor-geral do TCE, conselheiro Valter Albano, o quarto relatório bimestral de atividades referente

aos meses de agosto e setembro de 2009. Foram emitidos, exatamente, 1.208 pareceres. “Os relatórios também registram a crescente atuação do MP”, comemorou Deschamps ao destacar a emissão de 5.579 pareceres em oito meses. O MPC também propôs 92 representações, sendo que uma resultou na elaboração e

aprovação de Resolução Normativa. Nesse bimestre também foi apresentada proposta administrativa de inclusão da acessibilidade como ponto de auditoria na fiscalização de obras e serviços de engenharia executada pelo Tribunal. A entrega do relatório é uma exigência do Art. 96 do Regimento Interno do TCE.



TCE inaugura Espaço Cultural “Liu Arruda”

O Tribunal de Contas de Mato Grosso está homenageando o ator mato-grossense Liu Arruda, falecido em 1999. No dia 5 de novembro será inaugurado um novo ambiente, dentro da própria instituição, exclusivamente voltado à valorização e incentivo da cultura, que levará o nome do artista - Espaço Cultural “Liu Arruda”. O antigo plenário do TCE foi totalmente adaptado, com acústica, iluminação e equipamentos de áudio e vídeo adequados para a realização de diversas modalidades de manifestações artísticas. O projeto foi apresentado pelo conselheiro presidente Antonio Joaquim e aprovado pelo Tribunal Pleno durante a sessão ordinária do dia 13 de outubro. Liu Arruda é a segunda personalidade do cenário cultural a ser homenageada pelo TCE. A primeira foi o poeta Silva Freire, que empresta o nome à biblioteca da Escola Superior de Contas.

TCE apresenta sistemas em Encontro Técnico Nacional

O Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas (Aplic) e os procedimentos técnicos de documentação e transmissão ao vivo e *on line* da sessão plenária do TCE de Mato Grosso foram apresentados durante o IV Encontro Técnico Nacional IRB-Promoex – Soluções Compartilhadas. O evento foi realizado em Curitiba (PR), nos dias 8 e 9 de outubro, com o objetivo de promover a troca de experiências positivas entre os Tribunais de Contas. Mais de 100 representantes de 31 dos 33 órgãos de controle externo de todo o país participaram do evento.

Para o servidor do TCE-SC Paulo Roberto Riccioni – que coordenou o evento representando o conselheiro presidente do Instituto Rui Barbosa, Salomão Ribas – um dos objetivos do Programa Promoex é fazer com que os Tribunais de Contas compartilhem soluções,

por meio da troca de experiências técnicas com êxito já comprovado. Segundo o técnico, não tem sentido os TCEs buscarem alternativas para agilizar os seus serviços se pode buscar o intercâmbio, economizando tempo e dinheiro público.

As apresentações do TCE-MT foram feitas pelos auditores Alan Pimenta e Edmar Cláudio Maranhon, pelo assessor de Comunicação Américo Corrêa, pela jornalista Tábata Claro e pelo coordenador de Tecnologia da Informação do órgão, Carlos Campelo.

Chamou bastante atenção a maneira como o TCE-MT disponibiliza ao vivo e *on line* todas as informações relativas aos julgamentos de contas públicas, em especial a oferta de vídeos de julgamentos por processos. Atualmente, estão disponíveis na página www.tce.mt.gov.br cerca de 4 mil vídeos de julgamentos.

A maneira como o TCE disponibiliza ao vivo e *on line* as informações relativas aos julgamentos de contas públicas chamou atenção

Tribunal altera forma de escolha dos membros da Mesa Diretora



O Projeto de Resolução foi apresentado pelo conselheiro Humberto Bosaipo na sessão plenária do dia 6 de outubro

Mediante aprovação da Resolução Normativa nº. 07/2009, o Tribunal de Contas de Mato Grosso alterou as regras da eleição dos membros da Mesa Diretora da instituição. A normativa veda a reeleição e o mandato de um ano, instituindo o sistema de rodízio por antiguidade de conselheiros. A eleição ocorrerá impreterivelmente na primeira sessão ordinária do mês de novembro.

Pela normativa, o presidente do Tribunal será escolhido a cada dois anos, sendo essa escolha alternada entre o mais antigo

membro do colegiado que nunca exerceu o cargo e aquele que já o ocupou há mais tempo. Nas duas situações, prevalece o critério da antiguidade por ingresso no TCE-MT.

O Projeto de Resolução apresentado pelo conselheiro Humberto Bosaipo foi aprovado por unanimidade durante a sessão ordinária do dia 6 de outubro. “O sistema proporcionará um revezamento de ideias, privilegiando a renovação e a experiência administrativa dos conselheiros”, observou. Bosaipo ponderou que o fim da reeleição para mandato

de apenas um ano também gera benefício no campo administrativo, “garante o princípio da continuidade e a eficiência na elaboração e execução do planejamento”.

O atual Corregedor do TCE, conselheiro Valter Albano elogiou a proposição e disse que essa regra reforça a unidade do Colegiado em temas centrais relativos à gestão. Segundo ele, essa unidade em torno do modelo de gestão tem permitido avanços importantes assegurando, por exemplo, a continuidade do Planejamento Estratégico. Para Albano, o rodízio por antiguidade evita a disputa entre membros recentes do Colegiado, além de possibilitar a preparação técnica dos conselheiros para o exercício da gestão. “Pois antes de ser motivo de honra, o exercício da Presidência envolve grande responsabilidade”, disse.

Atualmente, o TCE-MT tem cinco conselheiros que ainda não assumiram a Presidência, nessa ordem de antiguidade: Valter Albano, Alencar Soares, Humberto Bosaipo, Waldir Teis e Campos Neto. Completam o Colegiado o atual presidente, conselheiro Antonio Joaquim, e o vice-presidente, conselheiro José Carlos Novelli.

Controladoria Geral do Peru conhece GEO OBRAS

A equipe técnica do órgão de maior representatividade em controle externo do Peru – Controladoria Geral do Governo – esteve no Brasil para conhecer o Sistema GEO OBRAS desenvolvido pelo TCE de Mato Grosso. O assessor de Gerência de Obras, Carsten Jess, e o gerente Central Técnico Normativo, Paco Toledo, também acompanharam as rotinas de auditoria e a estrutura operacional e administrativa do TCE. A visita técnica foi realizada no período de 30 de setembro a 2 de outubro.

Para o conselheiro presidente Antonio Joaquim, a manifestação espontânea da Controla-

doria do Peru demonstra que o Tribunal está no caminho certo e próximo de alcançar a missão de ser referência em controle externo. “O TCE-MT é avançado e trabalha com sistemas totalmente informatizados. Temos interesse em fortalecer nossa instituição, fazendo com que ela se torne tão moderna quanto esta, em benefício à população do Peru”, disse o gerente Paco Toledo.

Após Moçambique, Peru é o segundo país a procurar o sistema mato-grossense de fiscalização de obras e serviços de engenharia por meio de imagens georreferenciadas e via satélite.

As funcionalidades do Sistema foram apresentadas pelo auditor Benedicto Seror



É possível ser rápido, econômico

PROCESSO LICITATÓRIO

Uma pesquisa realizada pela Assessoria Especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional do TCE-MT revela que, entre todas as irregularidades encontradas nas contas anuais dos gestores municipais e estaduais, falhas em processos licitatórios são as mais recorrentes. Em entrevista ao **Jornal Da Sua Conta**, o consultor Adjunto de Estudos, Normas e Avaliação do órgão, Volmar Bucco Júnior, defende que para uma licitação ser bem sucedida é preciso planejamento, conhecimento dos institutos e uso da tecnologia como aliada. O auditor público externo ainda explica as vantagens e desvantagens de algumas modalidades e quais as ferramentas que o Tribunal utiliza na fiscalização desses procedimentos.

Por que muitos consideram o processo licitatório burocrático e longo? Eles não necessariamente devem ser longos e burocráticos (no sentido pejorativo da palavra). Convém esclarecer que a burocracia, entenda-se, o conjunto de procedimentos necessários ao resguardo do interesse público, é essencial nos processos licitatórios. Aliás, em todos os atos da administração pública. Como a licitação pública tem a finalidade de escolher a proposta mais vantajosa, garantindo o mesmo acesso e tratamento a todos os interessados, isso demanda um rito processualístico e procedimental fundamental para o sucesso da mesma. A boa notícia é que tudo isso pode e deve ser realizado de forma mais otimizada. Assim, é possível termos uma licitação burocrática, porém, rápida, enxuta e moderna, que é o que se espera de uma boa gestão.

É qual o segredo para se realizar uma licitação de forma rápida e moderna?

Um dos segredos de uma boa licitação está em sua fase interna, ou seja, na definição dos quantitativos; da especificação adequada do objeto; das condições para a habilitação dos fornecedores; da definição acerca do parcelamento ou não do objeto e da escolha da modalidade licitatória. Qualquer erro nessa fase pode comprometer a agilidade do procedimento – vez que fica mais propenso à interposição de recursos e intervenção do TCE-MT, por meio de medidas cautelares. Porém, acredito que a inversão das fases de habilitação e julgamento das propostas, como ocorre no pregão, seja a maior responsável pela rapidez do procedimento. Prova disso é que essa inovação consta do projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional propondo alteração na Lei nº 8.666/93, que dentre as mais importantes, estão a de trazer os avanços do pregão e o uso de ferramentas eletrônicas para as demais modalidades.

O pregão, portanto, é a modalidade mais ágil. É também a mais econômica? Não quero aqui fazer campanha “pró-pregão”, afinal o gestor tem autonomia para decidir qual forma irá contratar, entretanto, a prática e os números têm demonstrado que o pregão proporciona a aquisição pelo menor preço, e isso decorre da possibilidade de redução dos valores das propostas na fase de lances entre os licitantes, diferentemente do que ocorre nas modalidades convencionais em que a proposta já vem fixada e

não pode ser alterada. Só para citar um exemplo da economia proporcionada pelo uso do pregão, a União, que realiza mais de 90% de suas aquisições por meio de pregão eletrônico, conseguiu só no ano de 2008, uma economia de 6,4 bilhões, conforme dado extraído da Revista Capital Público.

Uma administração pública moderna deve estar atenta aos métodos e formas que tornem mais eficiente a gestão dos recursos públicos. Que ferramentas, no tocante à licitação, seriam essas? Posso citar algumas:

pregão presencial, pregão eletrônico, sistema de registro de preços e credenciamento, uso de tecnologia como a internet, cotação eletrônica, dentre outros. Por falta de conhecimento do instituto e das vantagens por ele proporcionadas, o Sistema de Registro de Preços (SRP) ainda é pouco utilizado pelas instituições públicas.

Quais são as grandes vantagens desse sistema? Existem várias

vantagens. Uma delas é que o SRP é perfeito para o atendimento de demandas imprevisíveis, de difícil quantificação e aquelas que exigem contratação frequente, como nos casos de peças de reposição para veículos e máquinas, combustível e material de consumo. Outra vantagem é que o SRP não gera obrigação de contratação para a administração, ou seja, esta só irá contratar caso realmente se concretize a necessidade do bem ou serviço. Em decorrência disso, não é necessário

demonstrar saldo orçamentário para licitar, somente quando for contratar. A eliminação dos “fracionamentos de despesa” também é outra grande vantagem.

O fracionamento da despesa é uma das principais irregularidades em licitação? Sem dúvida. Prova disso é um dado fornecido pela Assessoria Especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional do TCE-MT, revelando que o fracionamento de despesas é a quinta maior irregularidade detectada pelo Tribunal. Esse mesmo demonstrativo revela, ainda, que licitação, de modo geral, é o assunto com mais irregularidades apresentadas.

E como resolver o fracionamento de despesas? Com um bom planejamento. O gestor ao licitar bens e serviços idênticos e/ou de natureza similar deve prever a necessidade para atendimento de todo o exercício e adotar a modalidade apropriada em função do valor global das contratações daquele objeto. Cumpre ressaltar que o fracionamento de despesa independe da classificação orçamentária que será contabilizada a despesa (elemento ou subelemento), como também independe do lapso temporal entre as aquisições. O critério é único: objetos idênticos ou que tenham a mesma natureza, semelhança ou similaridade, cujos potenciais fornecedores sejam os mesmos.

Sabe-se que maioria dos municípios mato-grossenses enfrenta dificuldades estruturais, de difícil acesso aos fornecedores e carência de pessoal qualificado. Como fazer uma boa licitação com tantas limitações? Acredito que as dificuldades precisam ser enfrentadas e superadas. Volto a dizer que o sucesso de uma

Um dos segredos de uma boa licitação está em sua fase interna (...) onde qualquer erro pode comprometer a agilidade do procedimento – vez que fica mais propenso à interposição de recursos



O TCE vem intensificando a fiscalização auditorias e adoção de Medidas Cautelares, GEO OBRAS, além das denúncias e

VOLMAR BUCCO JÚNIOR
Consultor Adjunto de Estudos, Normas e Avaliação

co e moderno



nos processos licitatórios, seja por meio das
seja por meio dos Sistemas Aplic-Cidadão e
ncaminhadas pelo cidadão.

CCO JÚNIOR
Normas e Avaliação do TCE-MT

contratação começa com um bom planejamento, uma prática infelizmente ainda desprezada por muitos gestores. A questão do difícil acesso aos fornecedores acredito que possa ser minimizada também, com a implantação do pregão eletrônico – visto que o fornecedor, em qualquer lugar do país pode participar sem necessidade de comparecer presencialmente - ou pela adesão (“carona”) às Atas de Registro de Preços promovidas por outros entes ou poderes da federação. Afinal, por que realizar um procedimento licitatório - que demanda um custo, tempo e pessoal - se outro Ente da federação já o fez, e o objeto atende às necessidades e está com um preço vantajoso? Acredito que o conhecimento dos mecanismos, qualificação e preparo dos servidores e gestores, são os grandes responsáveis pela boa gestão dos recursos públicos.

O que o Tribunal de Contas tem feito para coibir e até mesmo reduzir as irregularidades em licitações públicas?

O TCE vem intensificando a fiscalização nos processos licitatórios, seja por meio das auditorias realizadas, seja pela adoção de Medidas Cautelares que podem, inclusive, suspender o procedimento; seja por meio do Sistema APLIC-Cidadão que recebe as licitações no prazo máximo de dois dias úteis de sua abertura; pelo Sistema GEO-OBRA que acompanha as obras e serviços de engenharia desde a fase licitatória, e também apurando as denúncias encaminhadas pelo cidadão. Adicionalmente, o Tribunal também tem exercido e ampliado a função orientativa, através de atendimento formal e informal aos jurisdicionados, emissão de prejulgados (entendimentos técnicos) e por meio das capacitações técnicas específicas e direcionadas.



Semana da Jornada Técnica teve 85% de aprovação

Para avaliar os resultados alcançados, bem como projetar novas atividades alinhadas ao exercício do controle externo, a equipe organizadora da Semana de Jornada Técnica encomendou pesquisa de avaliação com os 169 participantes. Dos 127 auditores pesquisados, 85% avaliaram o evento com notas 8, 9 e 10. O secretário-chefe da Consultoria Técnica, Carlos Amorim, frisou que avaliação geral dos multiplicadores também foi de 85% com notas altas nos cinco itens da pesquisa. “Em razão da prática e conhecimento, ter escolhido os próprios servidores para serem multiplicadores foi positivamente aceito pelos participantes”.

O único item da pesquisa com menor índice de avaliação foi o relacionado à carga horária. A assessora de Coordenação Técnica da Presidência, Risodalva Castro, lembra que, em princípio, o período de uma semana foi hostilizado pelos auditores, vez que os mesmos tinham foco nos prazos regimentais a serem cumpridos pelas Secretarias de Controle Externo. “O resultado revelou que 49% dos auditores desejaram mais tempo e horas de atividades, inclusive com conteúdo individualizado por semana”.

A pesquisa filtrou também os assuntos de maior interesse dos auditores. Temas que serão abordados com detalhamento em no-

vas jornadas. Entre eles, Licitação e contratos, Análise de Receita e Contabilidade. A partir desta pesquisa, os secretários, a consultoria técnica e assessoria de coordenação técnica da presidência vão se reunir para programar o conteúdo das novas atividades. A proposta é incluir a Semana da Jornada Técnica no calendário do Tribunal de Contas em caráter permanente.

Outro destaque do evento foi o fortalecimento do Sistema Aplic. Para a assessora de Coordenação Técnica da Presidência, Risodalva Castro, o resultado positivo foi oriundo da explanação detalhada da auditoria informatizada de contas associada à distribuição da Cartilha do Aplic.

Capacitação do TCE atendeu gestores de 12 municípios

Representantes de 12 municípios participaram do Ciclo de Capacitação dos Jurisdicionados Municipais promovido pelo TCE-MT, no dia 8 de outubro, em Rondonópolis. O evento, que já está em sua oitava edição este ano, busca orientar gestores públicos sobre a correta aplicação dos recursos públicos.

“O Tribunal de Contas tem trabalhado de forma orientativa visando a diminuição das irregularidades na prestação das contas e das falhas na administração pública”, disse o conselheiro presidente Antonio Joaquim na abertura da capacitação. “Es-

sas faltas, quando cometidas, prejudicam a sociedade”, frisou. A programação do evento prosseguiu com palestras que abordaram licitações, contratos, despesas públicas e legislação de pessoal.

Os municípios de Alto Garças, São José do Povo, Pedra Preta, Primavera do Leste, Campos Verde, Itiquira, Dom Aquino, Alto Araguaia, Tesouro, Guiratinga e São Pedro da Cipa, além de Rondonópolis foram representados no evento.

O próximo Ciclo de Capacitação dos Jurisdicionados Municipais será em Cuiabá, no dia 26 de novembro, na Escola Superior de Contas.



A importância das ouvidorias públicas foi debatida em evento



O ouvidor-geral do TCE, conselheiro Alencar Soares apresentou os avanços e resultados alcançados pela Ouvidoria do órgão

De 5.565 municípios do Brasil, aproximadamente 200 possuem ouvidorias. Mato Grosso acompanha a estatística nacional. Só os municípios de Cuiabá, Sinop e Jauru oferecem o serviço, entretanto apenas o da Capital atua plenamente. Para fortalecer

as ouvidorias nos municípios do Estado e, principalmente, incentivar a criação de novas, o Tribunal de Contas de Mato Grosso, em parceria com o Governo do Estado, realizou o Seminário de Ouvidorias Públicas no dia 1º de outubro. O evento reuniu mais

de 300 participantes, entre ouvintes da esfera federal, gestores e servidores estaduais e municipais.

“Acreditamos que as instituições públicas devem adotar uma nova postura: o de serem instrumento de cidadania. Isso porque a conquista dos direitos sociais acontece com a ampla participação da sociedade civil”, disse o ouvidor-geral do TCE, conselheiro Alencar Soares, durante sua exposição no evento.

Além dos avanços e resultados positivos apresentados pelo ouvidor-geral de Mato Grosso, Antônio Kato, os participantes conheceram os trabalhos desenvolvidos pelas ouvidorias da Prefeitura de Cuiabá, Assembléia Legislativa, Agência de Regulação dos Serviços Públicos, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT), da Procuradoria Geral de Justiça e do Tribunal Regional de Trabalho (TRT-MT).



“Serviço Público, Controle Social e Ouvidoria” foi o tema abordado pela ouvidora Geral da União, Eliana Pinto. Segundo ela, as ouvidorias são mais que um espaço para aferir a qualidade da gestão: “é um espaço para o fortalecimento da democracia e para a defesa dos direitos humanos”.



O diretor ouvidor-geral do SUS, Adalberto Fulgêncio dos Santos Junior informou em sua apresentação que as ouvidorias trazem “luz e transparência à administração pública, fazendo com que melhore a relação entre o Estado e o cidadão”.



A importância do anonimato e sigilo da denúncia para a efetiva participação popular foi defendida pelo procurador do Ministério Público do TCU, Júlio Marcelo. “Havendo indícios que comprovem a denúncia, o inquérito deve ser instaurado, excluindo a denúncia dos autos”, explicou.



O procurador-geral da República da 1ª Região, Franklin da Costa, defendeu a busca pelo humanismo e sensibilidade nas ouvidorias públicas em sua palestra. “Estimulem o ouvidor que existe dentro de cada um de nós. O cidadão precisa entender que o poder público é ele”, concluiu.





Secretária de Articulação Institucional do TCE,
Cassyra L. Vuolo

Consciência Cidadã reuniu 600 pessoas em Rondonópolis

Mais de 600 pessoas compareceram à quinta edição do Programa Consciência Cidadã, realizado no dia 7 de outubro. Perto de completar três anos, o programa do Tribunal de Contas de Mato Grosso retornou ao seu local de estreia: o município de Rondonópolis (Região Sul do Estado).

A secretária de Articulação Institucional do TCE, Cassyra L. Vuolo, relembra com orgulho o lançamento do programa. “Neste mesmo local [Centro de Eventos Ipê], no dia 6 de dezembro de 2006, tínhamos um terço dos participantes de hoje. Mas o interesse da população não se mede só pelo quantitativo, mas também pelos diferentes segmentos sociais presentes, devidamente representados”, destacou.

O roteiro das palestras seguiu a programação normal do evento. O conselheiro corregedor-geral Valter Albano abriu o evento abordando a relação entre as instituições do Estado – o Tribunal de Contas e o cidadão. A função do órgão, suas ações e ferramentas utilizadas para a fiscalização e acompanhamento dos atos de gestão, bem como a importância da participação da população nesse processo, foram outros temas debatidos por técnicos do Tribunal.

Este ano, o Programa Consciência Cidadã ainda será realizado em Cuiabá, atendendo não só a comunidade da Capital, como Várzea Grande e municípios vizinhos. O evento está marcado para o dia 25 de novembro.

ARTIGO

Mudanças na Contabilidade Pública Brasileira

Com o advento da Lei nº 11.638/07, a Lei nº 6.404/76 foi alterada para adequar as normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais, possibilitando, entre outras, harmonização, maior transparência e credibilidade das informações contábeis e financeiras.

Nessa linha, o Governo Federal publicou a Portaria MF nº 184, de 25/08/2008, determinando a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, o desenvolvimento de ações no sentido de promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants - IFAC* e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

O Conselho Federal de Contabilidade, como órgão normatizador e integrante do Comitê Gestor do processo de convergência das normas contábeis às normas internacionais, editou as seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público: NBC T 16.1 - Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação; NBC T 16.2 - Patrimônio e Sistemas Contábeis; NBC T 16.3 - Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil; NBC T 16.4 - Transações no Setor Público; NBC T 16.5 - Registro Contábil; NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis; NBC T 16.7 - Consolidação das Demonstrações Contábeis; NBC T 16.8 - Controle Interno; NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão; NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público.

No entanto, para implantação desse novo modelo de contabilidade pública até 2012, é necessário a implementação ou conclusão das seguintes ações: a) tradução das Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela IFAC e elaboração das demais Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor

Público (CFC); b) elaboração do Manual Técnico de Contabilidade aplicado ao Setor Público e Manual Técnico de Demonstrativo Fiscal (STN); c) implantação do Sistema de Custos (STN) e elaboração de proposta de projeto de nova Lei Complementar (CFC/STN).

Atualmente já foram elaboradas 10 Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público e publicado o Manual Técnico de Contabilidade aplicado ao Setor Público – 1ª (vol. I e II) e 2ª edição e o Manual Técnico de Demonstrativo Fiscal (vol. I, II e III) pela Secretaria do Tesouro Nacional, os quais estão disponíveis no sítio http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/manual_cont_SetPublico.asp.

Com a implantação dessas normas ao setor público, as atuais normas e práticas contábeis terão, em resumo, as seguintes mudanças: a) enfoque na contabilidade patrimonial; b) adoção de sistema de custos; c) registro da depreciação, amortização e exaustão; d) implantação do plano de contas único para todos os entes públicos; e) avaliação dos riscos na gestão; f) implantação da demonstração do fluxo de caixa e da demonstração do resultado econômico; e g) avaliação e mensuração dos bens a valor de mercado.

A convergência das normas contábeis aos padrões internacionais e a aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, a contabilidade pública passará por mudanças substanciais, deixando de ser uma contabilidade com enfoque orçamentário para ser uma contabilidade patrimonial, propiciando efetiva avaliação do patrimônio público, maior transparência às ações governamentais e a instrumentalização do controle social.

ISAÍAS LOPES DA CUNHA

Auditor Substituto de Conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso



Tribunal de Contas investe em Tecnologia da Informação

A Tecnologia de Informação estará entre os três maiores fatores de fracasso ou sucesso das empresas em 2012. A afirmação feita pelo Grupo Gartner - maior companhia de TI do mundo - demonstra uma tendência de investimento que não deve ser ignorada. Pensando nisso, o Tribunal de Contas de Mato Grosso, por intermédio da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, implantou recentemente o Projeto de Qualificação no Atendimento – *Service Desk*.

A capacitação dos técnicos, a definição de metodologias ao desenvolver sistemas e o registro de todas as suas etapas são algumas das ações que já estão em andamento. Uma vez definido os indicadores, os objetivos serão estabelecidos e os resultados monitorados. “De forma

objetiva, saberemos dizer como e se as metas propostas foram atingidas”, informou o coordenador de Tecnologia da Informação do TCE, Carlos Campelo.

As informações armazenadas no sistema vão habilitar qualquer técnico a atuar em sua área com maior eficiência e efetividade

Ainda de acordo com o coordenador, os atendimentos feitos às unidades do Tribunal de Contas já estão sendo catalogados para gerar uma base de conhecimento na solução de problemas. As informações armazenadas no sistema vão habilitar qualquer técnico a atuar em sua área com maior eficiência e efetividade, potencializando seu desempenho.

“Aumentar o índice de resolução no primeiro atendimento e de satisfação do cliente-usuário, bem como diminuir custos e tempo de resolução são nossas metas atuais”, informou Campelo.



EM TEMPO

COMISSÃO VAI ESTIMULAR PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Com a proposta de combater todas as formas de desperdício dos bens públicos e dos recursos naturais, o Tribunal de Contas de Mato Grosso, em parceria com Ministério Público do Meio Ambiente, instituiu a Comissão Gestora da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Os membros dessa equipe de trabalho, bem como suas atribuições e deliberações, foram definidos na Portaria Interna nº. 017/2009.

TCE INVESTE NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO

A Escola Superior de Contas deu início ao Curso de Atendimento ao Cliente. O objetivo é otimizar o atendimento, com foco na satisfação da população que procura os serviços do TCE de Mato Grosso, como também na criação de uma imagem sólida e positiva. Cerca de 60 servidores já concluíram o curso e, outras novas estão sendo formadas. A capacitação é ministrada pelo Sebrae-MT.

TRIBUNAL INSTITUI REGRAS DO PROJETO TCE BIS

O conselheiro presidente Antonio Joaquim instituiu o 1º Prêmio de Incentivo a Criatividade – Projeto TCE BIS. A gestão vai premiar ideias inovadoras que ajudem na melhoria da gestão e serviços do Tribunal de Contas. As informações sobre e quando devem ser entregues os projetos, quais são os critérios de avaliação e os prêmios estão editadas na Portaria nº. 98/2009.

TCE realiza Workshop de Direito Previdenciário em novembro

O Tribunal de Contas de Mato Grosso realiza, nos dias 12 e 13 de novembro, o 1º Workshop de Direito Previdenciário. A programação do evento, segundo o coordenador de Controle de Atos de Pessoal Marco Aurélio Queiroz de Souza, é exclusivamente direcionado a servidores de institutos dos regimes próprios de previdência social das prefeituras municipais e governo do Estado. A ideia é reunir doutrinadores e especialistas com reconhecimento nacional para pacificar entendimentos e promover a troca de experiências.

Já estão confirmadas a presença do diretor técnico da Secretaria de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União,



Coordenador Marco Aurélio reunido com os membros do Instituto Previdenciário de Várzea Grande, um dos que procuraram orientação do TCE

o auditor federal de Controle Externo Marco Aurélio Pereira de Souza, do procurador federal Pedro Taques, e dos doutrinadores Delúbio Gomes Pereira Silva, Juliana de Oliveira, Otoni Gonçalves Guimarães, entre outros.

Ainda de acordo com o coordenador, o evento vem ao encontro do papel orientativo do Tribunal de Contas e, em se tratando de previdência social dos servidores públicos não seria diferente. “É esperada a participação de 300 pessoas”, disse.

As inscrições para o 1º Workshop de Direito Previdenciário do TCE-MT poderão ser feitas pelo site www.tce.mt.gov.br até o dia 11 de novembro.